

As crises atuais e o surgimento de novos caminhos

Categories : [Suzana Padua](#)

Ouve-se muito falar em desenvolvimento sustentável e educação ambiental, termos que refletem, no seu âmago, novas necessidades que surgiram frente às crises da modernidade. Na tentativa de se solucionar causas da insustentabilidade dos modelos de desenvolvimento adotados, que acabam afetando a qualidade de vida no planeta, aparecem caminhos que visam minimizar os problemas observados. A princípio, termos como esses são lançados e rapidamente se tornam sinônimos de salvação para tudo. Gradativamente, no entanto, percebe-se que as soluções são mais morosas e complexas do que se havia pensado. Consertar danos é sempre um processo mais desafiante do que evitar o que os causa. Por isso, mesmo que bem intencionados, muitos termos acabam abraçando uma enorme complexidade com os mais variados anseios, muitas vezes se limitando ao campo teórico, outras sem clareza das ações a serem desenvolvidas. Transformam-se, ainda, em guarda-chuvas para as mais diferentes expectativas, algumas até contraditórias, defendendo posições opostas às que foram propostas inicialmente para se chegar a um mundo mais equilibrado. Sendo assim, são empregados para manter o *status quo*, ou seja, como disfarce para a permanência de práticas insustentáveis.

Há, no entanto, um lado das crescentes crises socioambientais que pode ser promissor, ao provocar reflexões, debates e discussões em todos os níveis do conhecimento. A própria maneira de se encarar a crise é decisiva na forma de se resolver questões complexas. Quando são vistas como problemas, as crises causam angústias e sensações de impotência frente à realidade vigente. No entanto, podem representar oportunidades de mudanças significativas de como as pessoas encaram, se relacionam e atuam no mundo. Segundo Dowbor (1995), o conceito chinês de crise se escreve com dois ideogramas que significam 'problema' e 'oportunidade'. Sob este prisma, o momento atual é de extrema riqueza, pois tem o potencial de estimular um salto qualitativo e provocar mudanças profundas nas relações planetárias.

Este processo exige um novo olhar para a realidade que Ignacy Sachs expressou como a necessidade de 'desconstruir para depois re-montar'. Ao se desarmar de conceitos pré-concebidos, é possível surgir uma reflexão sobre o que vale a pena preservar, deixando margem para que o novo possa se instaurar. É a partir dessa visão que Sachs lançou o conceito de eco-desenvolvimento, posteriormente evoluindo para o termo 'desenvolvimento sustentável'.

Essa concepção depende de mudanças de posturas frente ao crescimento econômico que tem levado a pressões desmedidas sobre o ambiente natural e sobre as culturas não incluídas no sistema capitalista. Apesar da intenção inovadora de integrar preceitos éticos aos conceitos científicos, os termos 'desenvolvimento', que pressupõe crescimento, e 'sustentabilidade', que depende de um menor impacto possível são, em sua essência, incompatíveis e contraditórios em muitos aspectos, podendo ser interpretados como ainda pertencentes ao paradigma capitalista, como propôs o pensador mexicano, Escobar em 1992.

Carlos Klink (2001) chama a atenção para os desafios que o desenvolvimento sustentável enfrenta ao incluir “três grandes objetivos: eficiência econômica, igualdade social e integridade ambiental”, que priorizam aspectos muitas vezes conflitantes e demandam concepções éticas, ideológicas, teóricas, políticas e temporais distintas. As intensas pressões do modelo capitalista dominante dão-se de forma imediatista e justapõem-se aos pressupostos da sustentabilidade, que exigem perspectivas de longo prazo. Klink compara as expectativas do cientista e dos tomadores de decisão, evidenciando as incompatibilidades existentes. Propõe, então, uma nova ciência que integre o grau de transformação acentuado pelo uso dos sistemas ecológicos com a análise do que está em jogo quando as decisões são tomadas e afirma que é possível “a solução de problemas ambientais apenas quando existe uma colaboração entre sociedade civil, poder público, acadêmicos e cientistas”.

Essa interação pode ficar a cargo da eficácia de um processo educativo que contemple uma abordagem mais ampla do aprendizado, com a adoção da ‘transdisciplinaridade’ no mundo acadêmico, e com uma construção do conhecimento que também leve em conta saberes locais, o diálogo entre os diferentes atores e o poder público. A partir de uma educação aberta e inclusiva torna-se mais fácil criar espaços de negociação nos contextos onde os atores sociais estão inseridos, facilitando o fortalecimento individual e coletivo nas tomadas de decisão, posturas e ações que visem à proteção da vida, seja ela humana ou não humana.

O fato é que a educação deveria contemplar todas as áreas do saber, inclusive a ambiental. Todavia, somente com o surgimento de crises e catástrofes, mais evidentes nas décadas de 70, é que se passou a considerar determinados temas no processo educativo. As expectativas, por se basearem na solução de problemas concretos, eram maiores do que se poderia dar conta em um primeiro momento, principalmente porque a tradição sempre foi de prezar uma educação passiva e de obediência ao já estabelecido. A nova tendência propunha uma ‘rebeldia’ a partir de reflexões do que vem ocorrendo, sendo que como todo processo educativo, precisava ter tratada com continuidade e de maneira abrangente para melhor responder às complexidades socioambientais da atualidade. Com isso, a ‘educação ambiental’ acabou também passando de ‘tábua de salvação’ a um campo nem sempre valorizado à altura de sua importância.

Assim como ‘desenvolvimento sustentável’, ‘educação ambiental’ também tem sido foco de um leque variado de definições. Surgida do campo científico e naturalista, teve seu início na interpretação ou na releitura da natureza. O educador ambiental passou aos poucos de intérprete de uma natureza quase que contraposta ao mundo humano, ao se incluir como sujeito e como participante ativo dos processos de mudanças. O educador é, assim, parte inseparável da dimensão mais profunda das inter-relações em que está inserido.

Nesse sentido, Isabel Carvalho (2001) aponta para a riqueza do ‘ambiental’ como “uma questão catalisadora de um importante espaço argumentativo acerca dos valores éticos, políticos e existenciais que regulam a vida individual e coletiva”. A educação ambiental passou, assim, a ser um veículo importante na prática da cidadania, que leva à ação política e aos movimentos sociais.

Por isso, de uma visão mais ingênua ou naturalista, a educação ambiental tornou-se também em um campo de transformação mais profundo. Nunca perdeu seu espaço na valorização da natureza e no despertar de um novo olhar para a integração do ser humano com o meio natural. Porém, amplificou-se e assumiu novas dimensões que ajudam a pessoa a perceber sua interação e responsabilidade com o todo.

Tanto 'desenvolvimento sustentável' quanto 'educação ambiental' são apenas exemplos de termos que brotaram a partir de novas necessidades da modernidade. Por conta das muitas interpretações e das inúmeras necessidades, acabaram se desgastando e por vezes perdendo credibilidade. No entanto, é preciso que se volte à essência do por que surgiram e de como podem ajudar a construir um mundo mais ético e equilibrado para todos. Essas reflexões podem ser cruciais na busca de caminhos que restrinjam a insustentabilidade e indiquem alternativas que aumentem as chances de se garantir qualidade e proteção da vida na Terra em longo prazo.